



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
Conselho Nacional de Recursos Hídricos

**Câmara Técnica de Educação Capacitação Mobilização Social e Informações em Recursos Hídricos – CTEM**

---

**NOTA TÉCNICA – 01/2008/CTEM/CNRH/MMA**

Em 18 de novembro de 2008.

**Assunto:** Proposta de resolução que estabelece princípios e diretrizes para a educação, o desenvolvimento de capacidades, a mobilização social e a informação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **(Processo nº 02000.003322/2008-00).**

**Justificativas**

A formulação e apresentação de referida proposta deriva do intuito da CTEM de contribuir, no âmbito da gestão da água, para o desenvolvimento da educação ambiental, da capacitação, da mobilização social e da comunicação como processos que conduzem à proteção e ao uso sustentável da água.

Tal proposta versa sobre as diretrizes para a educação, a capacitação, a mobilização social e a informação em recursos hídricos, com o objetivo de fornecer uma orientação básica para a construção de programas, projetos e políticas públicas, e o desenvolvimento de ações relacionadas com tais temáticas.

Dessa forma, podem ser compreendidas as opções conceituais assumidas pela Câmara Técnica, que buscou elaborar uma proposta orientadora e articulada com as demais políticas públicas que tratam dessas temáticas, criando sinergia e convergência entre os diversos entes e sistemas colegiados.

**Histórico**

A proposta da instituição da CTEM, em março de 2004, originou de demanda da sociedade civil por mais atenção para a educação ambiental dirigida à gestão dos recursos hídricos; para a necessidade de formação dos quadros integrantes do SINGREH, para a importância dos processos de mobilização da sociedade na implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, e para os processos de comunicação da informação dirigida à gestão da água, possibilitando maior acesso e transparência, na tomada de decisão, que marca a atuação dos entes colegiados.

Em julho de 2005, na 8ª reunião da CTEM, foi criado o Grupo de Trabalho de Capacitação, com o objetivo de dar continuidade ao Plano de Capacitação em Gestão de Recursos Hídricos, iniciativa da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia do CNRH. Posteriormente, na 18ª reunião, realizada em julho de 2006 esse foi transformado em GT de Capacitação e Educação.

Desde então, esse GT vem trabalhando no desenvolvimento de algumas atribuições específicas da CTEM, descritas na Resolução nº 39, em especial: “propor diretrizes, planos e programas de educação e capacitação em recursos hídricos” e “propor e analisar mecanismos de articulação e cooperação entre o poder público, os setores usuários e a sociedade civil quanto à educação e capacitação em recursos hídricos”.

Em paralelo, a CTEM encaminhou, no ano de 2005, à Coordenação do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos no Brasil - SIAPREH, ligado à Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano-SRHU/MMA, proposta para incluir questões relativas à educação ambiental no questionário que seria aplicado junto aos entes do SINGREH. O resultado do levantamento feito, em 2007, ampliou o conhecimento sobre a realidade da educação ambiental e a capacitação nos entes do Sistema.

No ano de 2006, a CTEM realizou duas oficinas sob a coordenação desse GT: a primeira aconteceu no dia 30/06, em Brasília/DF, com o intuito de promover o intercâmbio de informações sobre programas governamentais e não-governamentais de capacitação em diferentes áreas, e a segunda, no período de 08 a 10/08, em Vila Velha/ES, junto ao VIII Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica. Ambas as oficinas foram estruturadas com o intuito de subsidiar a reflexão e o posicionamento da Câmara Técnica sobre os desafios a serem enfrentados na capacitação dos atores do SINGREH, bem como a criação de diretrizes orientadoras para projetos, programas e ações neste campo.

A segunda oficina, intitulada “Oficina Nacional de Discussão sobre Capacitação e Educação para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos”, propôs aos participantes - representantes do SINGREH, dos diferentes segmentos (governo, usuários e sociedade civil organizada) nos Comitês de Bacia Hidrográfica a reflexão, o debate e a elaboração, de acordo com suas visões, sobre as **diretrizes, estratégias e instrumentos** para a educação e capacitação para a GIRH e, também realizou um diagnóstico sobre as demandas de capacitação para a GIRH nos Comitês.

Com a aprovação, em janeiro de 2006, do Plano Nacional de Recursos Hídricos, fruto de uma construção coletiva entre os atores do SINGREH, as demandas de educação e capacitação entram novamente na agenda política governamental, por meio de uma de suas macrodiretrizes: “promover a formação de profissionais para atuar em GIRH, atualizar os decisores públicos do processo de gestão em seus diversos níveis de atuação, como também qualificar membros da sociedade, incluídos aí grupos tradicionais e representantes das comunidades indígenas, para participar de forma efetiva dos colegiados do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH” (PNRH, 2006).

Os resultados dessas oficinas subsidiaram a elaboração da referida proposta de resolução da CTEM, bem como contribuíram para o detalhamento do Programa IV do Plano Nacional de Recursos Hídricos: Desenvolvimento Tecnológico, Capacitação, Comunicação e Difusão de Informações em Gestão Integrada de Recursos Hídricos.

O GT de Capacitação e Educação, após a finalização da proposta de resolução, submeteu a mesma à análise dos membros da CTEM, na 29ª reunião realizada no dia 26/2/2008. Também deliberou-se, nessa reunião, sobre a consulta pública aos Comitês de Bacia Hidrográfica por 3 meses, de junho a agosto/2008. Após essa deliberação da CTEM, a Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos enviou, por e-mail, aos Comitês de Bacia Hidrográfica, aos conselheiros e demais integrantes do CNRH o Ofício-Circular nº 027/2008/CNRH/MMA, de 29 de abril de 2008, encaminhando a proposta de resolução e o documento-base.

Além disso, a proposta ficou disponível, nos sítios eletrônicos do CNRH e da Rede Brasileira de Organismos de Bacia-REBOB, pelo mesmo período, mediante parceria estabelecida entre a SRHU/MMA e o Fórum Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica.

Cabe, ainda, ressaltar a participação de representantes do Órgão Gestor da PNEA, nas reuniões da CTEM, os quais contribuíram tanto no período de discussão da proposta de resolução, quanto na sua aprovação final ocorrida na 34ª reunião da CTEM, realizada no dia 11/11/2008, no X Encontro Nacional de Comitês de Bacia Hidrográfica. Nessa ocasião, também contribuíram representantes de Comitês presentes nesse dia.

### **Argumentação e base conceitual**

Há um crescente reconhecimento, não só no âmbito do SINGREH, mas também internacional, como revela a Organização das Nações Unidas para Ciência, Educação e Cultura - UNESCO, sobre as demandas de capacitação para atores envolvidos ou com interesses na Gestão Integrada dos Recursos Hídricos - GIRH.

Os princípios celebrados na Declaração da Conferência Internacional de Água e Meio Ambiente (Dublin, 1992) contribuíram para a formulação de um conceito não só técnico de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos, mas também político. Assim, a GIRH representa não só a gestão que considera todos os usos de forma interdependente, buscando a proteção e o uso sustentável da água, como também legitima a participação e o controle social sobre as decisões além de enfatizar a luta de gênero, valorizando o papel da mulher não só como gestora da água, mas também na tomada de decisão.

No mesmo ano, a Agenda 21 celebrava em seu Capítulo 37 o conceito de desenvolvimento de capacidades: *“um objetivo fundamental do desenvolvimento de capacidades é potencializar a habilidade de abordar e avaliar as questões importantes que se relacionam com decisões políticas sobre as opções de desenvolvimento, baseado em uma compreensão das potencialidades e limitações do meio ambiente e das necessidades percebidas pelas populações envolvidas”*.

Esse conceito já vinha sendo aplicado à GIRH, a exemplo do Seminário **Estratégia para o Desenvolvimento de Capacidades para o Setor Água**, realizado na cidade de Delft/Holanda, em 1991, pelo Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (PNUD), e sua declaração aponta claramente que o desenvolvimento de capacidades é um conceito global e um elemento estratégico para alcançar a sustentabilidade, que deve ser desenvolvido de forma processual e contínua, permeando todas as atividades do setor de recursos hídricos.

Portanto, a proposta de Resolução da CTEM parte da necessidade de apoiar a capacitação de indivíduos em consonância com o fortalecimento dos entes do SINGREH, e define o desenvolvimento de capacidades como “os processos formativos que contribuem para a ampliação de conhecimentos e competências de indivíduos e grupos sociais, contribuindo para a qualificação das instituições do SINGREH e para a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos”.

De fato, não se reconhece uma educação ambiental para os recursos hídricos, e ao mesmo tempo, a Câmara Técnica reconhece que a educação ambiental, que busca focar a proteção, o uso sustentável da água, a conservação de bacias hidrográficas, a difusão da PNRH e atuação dos comitês de bacia, deve ser orientada com base nos fundamentos legais das políticas de EA federal e estaduais, que buscam ampliar a consciência crítica e reflexiva, quer das sociedades, quer dos gestores públicos, quer dos sistemas de ensino, sobre a problemática da água, sem dissociá-la da natureza e dos processos sociais.

Assim, as atividades da CTEM e a atuação do GT têm sido pautados não apenas pela Política Nacional de Recursos Hídricos; mas, também, pela Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), pelas políticas de capacitação e educação expressas na Constituição Federal, pela Política

de Saúde, pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), pelo Programa de Educação Ambiental e Mobilização Social em Saneamento (PEAMSS), pelas resoluções e moções do CNRH, pelas Deliberações da II Conferência Nacional de Meio Ambiente, assim como pelas Metas de Desenvolvimento do Milênio e ainda pelas diretrizes básicas da Agenda 21, do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e da Carta da Terra.

É com base nesta fundamentação legal e conceitual, sobretudo baseada na Política Nacional de Educação Ambiental, que a CTEM reconhece a necessidade de diferenciar a educação ambiental e a capacitação como processos distintos, embora complementares. Segundo a PNEA, a educação ambiental é universal, mas a capacitação é mais adequada aos públicos como trabalhadores, recursos humanos técnicos e profissionais e educadores, que necessitam de uma ampliação ou atualização de seus conhecimentos para desenvolver ou aperfeiçoar o seu “fazer” (Artigo 3º, Inciso V; Artigo 8, inciso 1º e parágrafo 2º da PNEA).

Por isso, a PNEA, apoiada pelo seu decreto de regulamentação (Artigo 6º do Decreto 4.281/2002), associa os processos de capacitação à educação ambiental, pois a sua complementaridade é a base do desenvolvimento de capacidades.

No campo dos recursos hídricos, somente a educação ambiental não atende às demandas de conhecimentos e informações, em sua maioria especializados, e portanto o desenvolvimento de capacidades se impõe como estratégia para apoiar a formação específica voltada à uma leitura crítica e reflexiva dos elementos postos em debate nos espaços de decisão dos entes do SINGREH.

No entanto, a proposta de resolução busca resgatar orientadores da PNEA e da PNRH, estabelecendo parâmetros para que a educação ambiental se instale, também, como um processo que permita o diálogo entre diferentes saberes e visões de mundo, construindo conhecimento pertinente à proteção e uso sustentável da água e tornando de fato a gestão da água democrática, descentralizada e participativa.

### **Encaminhamento**

Feitos esses esclarecimentos, encaminha-se a proposta à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais para análise pertinente às suas competências e procedimentos subsequentes com vista ao encaminhamento para aprovação pela Plenária do CNRH.

**MÔNICA DE ANDRADE G. BRANCO**  
Coordenadora do GT

**SURAYA DAMAS DE O.MODAELLI**  
Presidente da CTEM